

## O PENSAMENTO EDUCACIONAL DE MANOEL BOMFIM A PARTIR DA OBRA *AMÉRICA LATINA: MALES DE ORIGEM* (1905)

MACHADO, Charliton José dos Santos<sup>1\*</sup>; BARBOSA, Daniella Souza<sup>1\*\*</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal da Paraíba  
charlitolara@yahoo.com.br\*  
daniella.77.fcm@gmail.com\*\*

### RESUMO

Este artigo avalia o pensamento educacional de Manoel Bomfim a partir da apreciação de sua clássica obra *América Latina: males de origem* (1905), além de levantar suas contribuições para o pensamento social brasileiro. Foi considerado um intelectual dissidente devido ao seu contradiscurso abominando o racismo científico como explicação para o atraso econômico, social, político e

moral existente no início do século XX nas repúblicas latino-americanas. Manoel Bomfim, à luz de sua teoria do parasitismo social, reescreve o debate sobre o atraso latino-americano em outro campo, o da análise histórica da colonização ibérica, considerando a defesa da educação como meio para a emancipação dos povos e para a construção de uma sociedade mais democrática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação brasileira. Manoel Bomfim. Pensamento social.

### ABSTRACT

This article evaluates the educational thought of Manoel Bomfim from the appreciation of his classic *Latin America: origin of evil* (1905) besides raising their contributions to the Brazilian social thought. An intellectual dissident was considered due to its counter discourse abhorring scientific racism as an explanation for the economic backwardness, social, political and moral existing at the

beginning of the twentieth century, in the republics Latin American. Manoel Bomfim, in light of his theory of social parasitism, rewrites the debate on the Latin American backwardness in another field, the historical analysis of the Iberian colonization, considering the defense of education as a means for emancipation of the people and to build a society more democratic.

**KEYWORDS:** Brazilian education. Manoel Bomfim. Social thought.

### RESUMEN

Este artículo evalúa el pensamiento educativo de Manoel Bomfim según la apreciación de su clásico *América Latina: males de origen* (1905), además de elevar sus contribuciones al pensamiento social brasileño. Fue considerado un disidente intelectual debido a su contradiscurso abominando el racismo científico como una explicación para el retraso económico, social, político

y moral existente a principios del siglo XX en las repúblicas de la América Latina. Manoel Bomfim, a la luz de su teoría de parasitismo social, reescribe el debate sobre el atraso latinoamericano en otro campo, el del análisis histórico de la colonización ibérica, teniendo en cuenta la defensa de la educación como un medio para la emancipación de las personas y para construir una sociedad más democrática.

**PALABRAS CLAVE:** Educación brasileña. Manoel Bomfim. Pensamiento social.

Este artigo foi redigido baseado no debate em torno de Manoel Bomfim (1868-1932) e de sua obra *América Latina: males de origem* (1905), problematizada em reuniões do Grupo História, Sociedade e Educação na Paraíba (Histedbr-GT/PB) no ano letivo de 2008. Na época, o grupo buscava entender a educação do Brasil a partir da contestação das correntes e contribuições dos pensadores brasileiros ao longo dos séculos XIX e XX.

A partir dessas discussões no interior do Histedbr-GT/PB sobre o pensamento educacional brasileiro e, em especial, sobre Manoel Bomfim e sua produção acadêmica em torno da educação, da identidade e da formação da nacionalidade brasileira, verificou-se que a bibliografia a seu respeito era insuficiente e suas obras não eram reeditadas há mais de seis décadas no Brasil. Sua importância intelectual foi sistematicamente relegada ou, pior, esquecida.

Este trabalho de investigação foi fruto da análise da obra *América Latina: males de origem* (1905), de Manoel Bomfim, com o objetivo de visibilizar questões fundamentais que balizaram o pensamento intelectual do início do século XX sobre o problema da identidade nacional. Nessa altercação, durante muito tempo, foi evidente o predomínio das teorias sociais naturalista-raciológicas, com ênfase na singularidade sociorracial brasileira, dando conta de uma leitura pessimista do Brasil, argumentação que, de certo modo, minimizava a importância de outras tentativas de interpretar o nacional sem serem conduzidas a partir da possibilidade percebida de articulação dos conceitos de raça e meio, que, por sua vez, rejeitavam esse quadro de referência pautado em teorias sociais europeias, como o darwinismo social, o evolucionismo e o positivismo, propondo alternativas para se desvencilhar do atraso no qual o país estava supostamente envolvido desde sua formação histórica.

Entre algumas vozes dissonantes ante esses discursos naturalista-raciológicos da época, estava a interpretação dissidente do médico, psicólogo, sociólogo, político, jornalista, escritor e historiador sergipano Manoel Bomfim, que, mesmo admitindo o atraso relativo ao Brasil e à América Latina devido aos problemas herdados da era colonial luso-espanhola, polemizava ao afirmar que o remédio para corrigir os males de origem desse continente era o aumento maciço do ensino elementar para as classes populares.

Portanto, por se tratar ainda hoje de uma teoria social considerada como dissidente, avançada e à frente de seu tempo, não se pretendeu aqui esgotar suas diversas nuances teóricas e historiográficas, mas visibilizar suas contribuições e o tipo de abordagem empreendida por esse

autor no início do século XX, no contexto do entusiasmo com a ascensão republicana brasileira, para resolver o problema nacional de construção de sua identidade republicana.

Por esse motivo, Manoel Bomfim foi atacado e difamado por grandes pensadores no início da República Velha, por exemplo, por seu conterrâneo Sílvio Romero. Em meio aos defensores das teorias raciológicas que explicavam o atraso do Brasil com base em supostas astúcias, como o clima tropical, a mistura de raças, a origem lusitana, a tradição católica, a pobreza, a ignorância e a juventude de nosso povo, Manoel Bomfim emergiu como um intelectual inovador e dissidente imbuído de uma cultura humanística, sempre disposto a questionar a natureza classista do novo governo instaurado no Brasil após a Proclamação da República, distante dos cânones políticos e ideológicos presentes no pensamento republicano brasileiro em anos antecedentes.

Desse modo, este trabalho se propôs a pensar e a buscar respostas para os seguintes questionamentos: como pôde Manoel Bomfim construir suas ideias e reflexões tão opostas e díspares do pensamento dominante de seu tempo? Quais as razões e os motivos que o relegaram ao limbo do pensamento social e do debate educacional brasileiros por mais de 60 anos? Quem foi, então, Manoel Bomfim?

Manoel José do Bomfim (1868-1932), sergipano, filho de Maria Joaquina e Paulino José, foi um dos mais importantes pensadores sociais do Brasil. Fez seus estudos primários e secundários em Aracaju, Sergipe, e iniciou seu curso de Medicina na Bahia em 1886 (FÁVERO; BRITTO, 2002). Por influência do jornalista Alcindo Guanabara – de quem viria a se tornar amigo e companheiro de trabalho –, foi concluir o curso de Medicina no Rio de Janeiro em 1890, com o trabalho *Das Nephrytes* (Sobre a nefrite).

Como médico recém-formado, Manoel Bomfim tornou-se funcionário da Secretaria de Polícia do Distrito Federal em 1891. Logo depois de se casar com Natividade de Oliveira e travar embates antimilitaristas defendendo a República, abandonou o Rio de Janeiro com receio de represálias por sua posição política, indo clinicar na cidade de Mococa, São Paulo. Com a morte de Maria, sua filha – o casal já tinha Aníbal como filho primogênito –, o autor rompeu definitivamente seus laços com a Medicina. Nessa época, cessado o perigo de uma prisão, retornou ao Rio de Janeiro para se dedicar à Educação, passando a aplicar-se aos estudos de Psicologia e de Pedagogia, tornando-se professor do Instituto de Educação do Distrito Federal em 1896.

Em 1901, Manoel Bomfim viajou para a capital francesa para estudar Psicologia e Pedagogia na prestigiada Universidade de Paris. Dois anos depois, provocado por um jornal francês a analisar os problemas gerais da América Latina, passa a produzir os contornos definitivos do que seria *América Latina: males de origem*, obra que seria publicada em 1905. Retornando ao Rio de Janeiro, foi nomeado diretor do *Pedagogium*<sup>1</sup>, cargo que ocupou por 19 anos, bem como da Instrução Pública do Distrito Federal. Defendeu a tese de que competia aos professores moldar a educação da infância e da juventude, viabilizando, assim, a construção da República brasileira (BOMFIM, 1993).

Outra faceta de trajetória pessoal deu-se no campo político, sendo eleito deputado estadual por seu estado natal no pleito de 1907. Essa nova função, aliada a seus trabalhos como pedagogo, sociólogo e jornalista, indicava seu esforço em materializar um projeto de vida que julgava ser imprescindível ao esforço nacional para superação do atraso social, econômico, político e moral: a difusão da instrução básica, popular e plena.

Esse esforço, por vezes hercúleo, transparecia em sua tenacidade ao levar adiante seu projeto. Ao descobrir, em 1926, estar acometido de câncer de próstata, submeteu-se a 14 cirurgias em apenas cinco anos para erradicar a doença. Dedicou-se, até as vésperas de sua morte, em 22 de abril de 1932, a escrever os cinco títulos definitivos que complementariam sua visão sociológica da história do Brasil, iniciada com *América Latina: males de origem*, publicada em 1905 pela Francisco Alves. São suas obras: *O Brasil na América* (1929); *O Brasil na História* (1931); os dois volumes de *O Brasil Nação* (1931); e *Cultura e educação do povo brasileiro: pela difusão da instrução* (1932), publicado postumamente (AGUIAR, 2000).

Todos esses livros de Manoel Bomfim foram dedicados à análise da formação da nacionalidade brasileira. O autor se empenhava em criticar os historiadores e os políticos do Brasil que, segundo ele, teriam deturpado a história nacional e contribuído para a degradação da nação. Interessado em resgatar as qualidades características do povo brasileiro – que considerava esquecidas pela historiografia –, ele desenvolveu uma reflexão sobre o país e seus

---

<sup>1</sup> O *Pedagogium* foi um estabelecimento de ensino profissional fundado na cidade do Rio de Janeiro através do Decreto nº 667, de 16 de agosto de 1890, cuja principal função era a de ser um museu pedagógico propulsor das reformas e melhoramentos de que carecia a instrução nacional, dando ênfase principalmente ao ensino nas escolas normais, agindo como um centro brasileiro de controle e coordenação das atividades pedagógicas no país. Contudo, foi perdendo paulatinamente seu caráter de nacionalidade, ocorrendo sua extinção no ano de 1919.

habitantes, na qual é possível identificar diálogos com pensadores de seu tempo e de outros tempos. Um exemplo dessa crítica de Manoel Bomfim dedicada aos historiadores brasileiros situados no período da República Velha pode ser visto em um trecho de seu livro *O Brasil na História* (BONFIM, 1931, p. 139):

Vimos as nossas tradições desnaturadas, os seus heroísmos infamados, falseada a essência da sua história [...]. Inimigos, não caluniaram a Nação Brasileira como fizeram os seus historiadores, repetidos nos políticos. Em suas obras, confusas e opacas, desaparecem as qualidades características do povo, qualidades propositadamente escondidas, quando não são ostensivamente negadas. Histórias – essas páginas dadas ao registro dos nossos feitos? [...] Não: cavaliças [...]. Um legítimo historiador teria de varrer tudo isso, expurgando, assim, os vícios e defeitos nacionais apontados, cotejando-os com a realidade, para, desassombadamente, limpar o passado nacional e deixá-lo nos valores demonstrados pelos fatos [...].

Entretanto, essas mesmas obras têm aparecido pouco em teses e ensaios sobre o Brasil, o que só ratifica a condição de intelectual dissidente e, conseqüentemente, esquecido de Manoel Bomfim. Também é motivo de perplexidade acadêmica o fato paradoxal de as ideias desse autor sergipano terem permanecido no limbo do pensamento social brasileiro nas décadas seguintes, dado o caráter histórico e sociológico original de seu pensamento sobre a formação da identidade do povo brasileiro. Ele foi citado de forma esparsa por Gilberto Freyre, mas não houve o registro ou mesmo o resgate de suas ideias em autores como Caio Prado Júnior ou Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo (BOTELHO, 2002).

O processo de exclusão do pensamento de Manoel Bomfim do meio acadêmico nacional revelou uma importante constatação neste artigo: de que a sua obra e a de outros dissidentes revelaram um pensamento original, não articulado às ideias dominantes na época, quais sejam: aquelas calcadas no paradigma determinista de explicação da realidade social sob a óptica das teorias sociais, climáticas e geográficas importadas da Europa nas últimas décadas do século XIX. Na contramão desse discurso naturalista-raciológico, a interpretação do Brasil feita por Manoel Bomfim apoiava-se na análise histórica da colonização, da exploração e da espoliação das riquezas do país pelas nações ibéricas. Analisava as conseqüências sobre as condições socioculturais do povo brasileiro, além de defender a expansão da educação pública, popular e massiva como meio para a emancipação dos povos latino-americanos e para a construção de uma sociedade republicana mais justa, livre e democrática.

E mais ainda, afirmando a especificidade do processo histórico-cultural na formação do povo brasileiro de forma original para sua época, acabaria por decifrar o caráter ideológico do racismo em suas relações com a ideologia do imperialismo europeu corrente no final do século XIX. Esse pensamento social de Manoel Bomfim permitiu-lhe identificar e tratar problemas nucleares da formação da identidade nacional brasileira, como a nossa condição colonial, a escravidão, o Estado, a indistinção entre público e privado, o estabelecimento das relações sociais em termos de mando e obediência, a educação como meio de formação de cidadãos, entre outros (BOTELHO, 2002).

Não obstante, seu trabalho foi redescoberto em pleno século XXI, especialmente a partir da reedição de suas mais importantes obras sobre o Brasil e pela publicação de sua biografia sociológica, de autoria de Ronaldo Conde Aguiar, intitulada *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*, originalmente publicada como tese de doutorado. Essa obra fornece dados sobre a vida cultural brasileira da Primeira República integrados à atuação intelectual e pessoal do dissidente Manoel Bomfim (AGUIAR, 2000).

Para Costa (2005), essa mudança na hierarquia de relevância de intérpretes do Brasil que, como Bomfim, passaram do ostracismo dos sebos às estantes das bibliotecas e livrarias deve-se à compreensão de sua importante contribuição para o pensamento social nacional, uma vez que muitos deles formaram uma representação do Brasil “[...] menos forçosamente hegemônica, algo que se contrapõe à unilateralidade teórica que caracterizaria ou que definiria a *intelligentsia* brasileira no início do século XX” (COSTA, 2005, p. 173).

Assim, pode-se afirmar que a síntese intelectual inovadora de Manoel Bomfim, perpassada por sua experiência pessoal, diversificadas leituras e permanente reflexão crítica, permitiu-lhe construir um contradiscurso à alocação ideológica de seu tempo, que se utilizava do discurso racionalista para explicar os “males de origem” das nações latino-americanas. Esse raciocínio, como sua teoria do parasitismo social, termo retirado por ele da Zoologia, apontava como causa efetiva do atraso socioeconômico dessas nações latino-americanas a exploração destas pelos países ibéricos, notadamente Portugal e Espanha, o que incluiria o caso da metrópole portuguesa ante a colônia brasileira (AGUIAR, 2000).

Com a derrocada da ordem imperial, centralizadora, escravocrata e ruralista, com a consequente Proclamação da República em 1889, o Brasil entrava em um novo processo

histórico, propondo transformações dos valores nacionais. Essa preocupação partia, sobretudo, da crítica dos republicanos liberais, que preconizavam a construção de uma nação moderna e urbana, voltada para o desenvolvimento e o progresso (MACHADO; NUNES, 2007).

Entretanto, o cenário de parca industrialização, de domínio das oligarquias rurais, de altos índices de analfabetismo, de resquícios de escravidão, de mão de obra desqualificada e de dependência do capital estrangeiro caracterizava não só a situação do Brasil no início da República, mas também de toda a América Latina. Essa dissonância entre o ideário republicano e o interesse concreto das classes dirigentes foi palco para as reflexões de Manoel Bomfim sobre os “males de origem” e para a elaboração de sua teoria sociológica (ALVES FILHO, 2008).

Sobre esse período histórico brasileiro de transição da ordem imperial para a ordem republicana, cenário este em que o debate de Manoel Bomfim acerca dos males de origem da América Latina se situava, Fernandes (1972, p. 262) afirmou que:

Nas diferentes regiões da América Latina, a emancipação e a organização de um Estado Nacional se dão em um contexto no qual a desagregação do sistema colonial apenas se coaduna ao nível jurídico-político. A estrutura colonial da economia e da sociedade não se alterou senão superficialmente, pois ela era necessária seja para incorporação dos países da América Latina a uma forma indireta de dominação econômica e cultural de tipo colonial, também comandada pelo capitalismo europeu.

Vale salientar que a trajetória intelectual de Manoel Bomfim se dividiu entre o Brasil Imperial do fim do século XIX e o emergente Brasil República do início do século XX, colocando-o em um cenário histórico de transição cujo maior debate girava em torno da identidade do povo brasileiro como nação soberana em face do ranço histórico de dominação da coroa portuguesa. Segundo Reis (2006, p. 185):

É interessante o fato de sua vida [de Manoel Bomfim] estar dividida entre os séculos XIX e XX em exatos 32 anos em cada um. Isso quer dizer que ele conheceu bem, de forma adulta e crítica, tanto o Império quanto a República. Equilibrando-se entre o passado rural nordestino e o futuro urbano [...].

Segundo Aguiar (2000), Manoel Bomfim, médico de formação, cientista político por vocação e um pensador dissidente da História do Brasil na Primeira República, elaborou sua interpretação do atraso brasileiro e latino-americano a partir da aplicação de conceitos biológicos (parasitismo) aos fenômenos sociais (atraso), formulando a teoria do parasitismo social – malgrado certo uso metafórico da terminologia naturalista corrente tomada dos

estudos da Zoologia – para caracterizar as relações históricas entre as metrópoles europeias e suas colônias latino-americanas, no passado, e entre as classes dominantes e as classes dominadas nas ex-colônias ibéricas, no presente. Assim, divulgou seu pressuposto de investigação sociológica cuja ideia geral era a de que a herança histórica transmitida pelo parasitismo das metrópoles era a causa dos “males de origem” dos povos latino-americanos.

Apesar das críticas e desacordos a respeito de sua teoria social – do “preconceito de ordem científica” à “tosca metáfora organicista” –, ela permitiu a Manoel Bomfim desenhar um mapa explicativo sobre as relações desiguais entre países centrais e periféricos. O fato é que nenhum outro pensador da época colocou no centro dos debates sobre a formação brasileira e a identidade nacional as relações entre as nações hegemônicas (europeias) e as nações dependentes (latino-americanas) negando a questão étnica como causa dos “males de origem”, ideia essa importada da Europa para homologar a condição latino-americana de “[...] gente selvagem e inferior, todos inatamente incapazes de autogovernar-se e autodefinir-se como povos soberanos” (AGUIAR, 2000, p. 305).

Nesse contexto, nos primórdios do século XX, Manoel Bomfim lançaria sua obra *América Latina: males de origem*, publicada em 1905. Do ponto de vista científico, significava uma ampla reflexão teórica acerca da problemática da nacionalidade, remetendo-se às causas ou à raiz do processo de formação econômica e social do Brasil, buscando compreender, a partir da colonização luso-espanhola, a herança histórica do parasitismo e da ignorância, que, segundo ele, perpetuou-se na educação dos sul-americanos (MACHADO; NUNES, 2007).

É válido afirmar que a referida obra resultou de uma atividade iniciada em 1897, quando na oportunidade Manoel Bomfim fora chamado para julgar originais numa competição para compêndio escolar sobre História da América. “A redação do seu relatório sobre os textos apresentados estimulou-o a preparar uma vasta análise das causas do atraso latino-americano. Terminaria a obra em Paris em 1903” (SKIDMORE, 1976, p. 131).

Nessa vasta análise, ainda de acordo com Skidmore (1976), o autor demonstrou maturidade e independência intelectual suficiente para pensar a condição nacional além dos horizontes do determinismo pessimista, apontando uma versão revisionista da História do país a partir dos estudos das causas ou da raiz do processo de formação econômica e social do Brasil,



que o conduziu a uma tentativa de explicação de nossos problemas fora das doutrinas raciológicas da época.

Com a teoria do parasitismo social, a questão da superioridade e da inferioridade racial era negada por Manoel Bomfim, servindo, assim, para demonstrar que as teorias deterministas de cunho racial, presentes no debate do nacionalismo brasileiro desde o século XIX, convinham para justificar a dominação econômica, política, social e moral das classes dirigentes em torno das massas populares, já que a própria lógica do imperialismo europeu se encontrava presente no “[...] eterno conflito dos oprimidos e espoliados com a exploração dominante – dos parasitados e parasitas” (BOMFIM, 1993, p. 231).

Segundo Machado e Nunes (2007), essa retórica contestatória e antirracista de Manoel Bomfim já aparecia no livro *América Latina: males de origem* (1905) também como uma afirmação da nacionalidade anti-imperialista, como descrito por eles a seguir:

Para efeito de ruptura com os escritos dos seus contemporâneos, Bomfim ancorava-se, sobretudo, nas recentes tendências antropológicas de refutação ao racismo científico a que tivera acesso na França, por ocasião das suas análises sobre a América Latina. Fazia parte do seu arcabouço teórico as leituras positivistas de Spencer e Comte, bem como a antropologia de Topinard, que, de maneira geral, descartavam minuciosamente a persistência do arianismo nas explicações sociais. Dessa forma, o autor afirmava existir, subjacente ao postulado teórico arianista, uma elite de beneficiários do sistema, que, ao propagar com radicalismo a inferioridade na escala do desenvolvimento humano, o fazia em proveito dos seus próprios interesses, cultivados desde a época da colonização. (MACHADO; NUNES, 2007, p. 63).

Para Candido (1990), Manoel Bomfim era um radical permanente. Embora houvesse uma ênfase em sua teoria do parasitismo social à distinção entre o biológico e o social, acabava por acentuar uma possível identidade entre os dois níveis de abordagem, já que se utilizou da Biologia como uma ferramenta de explicação da vida social. Essa clarividência evitou que ele imergisse no pessimismo (caráter irreversível da dominação) ou, pior ainda, no determinismo das teorias racionalistas sobre a formação da identidade nacional brasileira (AGUIAR, 2000).

Em *América Latina: males de origem* (1905), ao mesmo tempo que Bomfim apontava a causa (“diagnóstico”) dos males de origem latino-americanos (“doença”), indicava sua saída histórica (“remédio”) através da instrução básica, popular e plena a ser promovida pelos governos republicanos das nações latino-americanas. Como ele mesmo apontou em sua obra: “Quando nos consideram como países atrasadíssimos, têm certamente razão, não é tal juízo que

nos deve doer, e sim a interpretação que dão a esse atraso, e principalmente as conclusões que daí tiram, e com que nos ferem” (BOMFIM, 1905, p. 49).

Segundo o contradiscurso do autor, os povos latino-americanos eram vítimas de sua formação colonial. O atraso, a miséria e a deseducação constituíam, em última análise, os traços mais visíveis desse processo histórico, cujo rompimento iria exigir um esforço educacional massivo. Por isso, defendia a educação primária e pública como saída para os “males de origem” que afligiam o Brasil e os demais países da América Latina (AGUIAR, 2000).

Prontamente, o atraso social dos países latino-americanos, se comparado ao progresso das nações modernas europeias, resumir-se-ia na perpetuação da ignorância popular, na falta de preparo de seu povo para o progresso e para o exercício democrático, não por uma questão étnica, mas pela herança parasitária do modelo de exploração colonial ibérico. Todavia, para Manoel Bomfim, o passado não se constituía em razão para a inércia geral que vinha obstaculizando o progresso dos países latino-americanos após sua libertação das amarras imperialistas europeias, ele conclamava o povo a refletir sobre “[...] a necessidade imprescritível de atender-se à instrução popular, se a América Latina se quer salvar. [...] Aí está o remédio contra nosso atraso, contra a miséria geral” (BOMFIM, 1993, p. 329).

O papel de fornecer instrução à massa proletária caberia aos governos latino-americanos, incluindo-se o Brasil, os quais deveriam: “[...] em nome de um regime democrático e livre [...], fazer desaparecer dentre os indivíduos essa causa de desigualdade, essa causa de inferioridade intelectual e econômica e de incapacidade política – qual o ‘não saber ler nem escrever?’” (BOMFIM, 1993, p. 337).

Porém, segundo nosso escritor dissidente, a não efetivação desse ideal devia-se ao fracasso em que se desfaziam todos os programas políticos educacionais gerados a partir da Proclamação da República, visto que a ação política das classes dirigentes de então não correspondia aos ideais positivistas de ordem e progresso, tão em voga no pensamento social brasileiro, e muito menos defendia ser a educação o principal dever de uma república democrática e livre. Em sua lucidez, contudo, o educador sergipano não queria “[...] atribuir à educação intelectual nenhuma virtude miraculosa, senão a importância que ela teve e tem na história da civilização” (BOMFIM, 1993, p. 333).

Manoel Bomfim também admitia ser inexequível o fato de a classe popular, por si mesma, produzir um esforço intenso e ordenado para instruir-se e reerguer-se. Tampouco possuía a ilusão de que a classe dominante mudaria sua visão de exploração e de enriquecimento pessoal em nome do seu dever cívico e moral de cumprir os ideais republicanos.

Ficou então evidente que a proposta *bomfimniana* trazia em si mesma a causa de um empecilho teórico, haja vista que fazer a propagação da instrução popular, pública e plena em uma sociedade de classes rigidamente excludente, como a que prevalecia na República Velha no Brasil, era genuinamente uma utopia. Contudo, Bomfim reveria esse impasse teórico a partir do livro *O Brasil Nação* (1931).

Nele, havia a proposição de uma revolução nacionalista popular como o primeiro movimento do processo de libertação do proletariado brasileiro de sua classe burguesa exploradora. O seu parecer revolucionário incluía “[...] a distribuição de terra, legislação trabalhista e previdenciária, educação das massas populares, reforma urbana e política de habitação, além da extinção das forças militares” (AGUIAR, 2000, p. 512-513). Por esse “programa revolucionário”, que ainda abarcava a multiplicação da produção de alimentos e o direito a greve, sem dúvida, Manoel Bomfim e sua obra foram silenciados por longo tempo.

De certo modo, pode-se dizer também que o esquecimento ao qual ele próprio e seu principal livro, *América Latina: males de origem* (1905), foram expostos ao longo do século XX seja atribuído a um conjunto de elementos inevitavelmente inter-relacionados. Esses se encontram, por um lado, vinculados à hoje consensual originalidade de seu trabalho, o que o afastava do discurso hegemônico da época, ou seja, o motivo basilar para o esquecimento de sua obra decorre do fato de Manoel Bomfim estar à frente dos intelectuais de seu tempo, como Sílvio Romero (1851-1914), Euclides da Cunha (1866-1909), Oliveira Vianna (1883-1951) e, de modo mais indireto, Paulo Prado (1869-1943) e Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), ao rejeitar as doutrinas das diferenças inatas entre as raças baseadas pelas teorias sociais europeias (darwinismo social, evolucionismo e positivismo), tríade teórica fundamental que, de certo modo, pareceu ter coroado o ápice da modernidade ocidental.

Por outro lado, ele foi criticado por expressar um “espírito apaixonado” que o movia em torno do Brasil e da América Latina, elemento que inclusive foi curiosamente um dos alvos principais de seu crítico mais conhecido, o intelectual Sílvio Romero (1906, p. 233), se é possível o

uso de tal conceito àquele contexto histórico, quem reprovou a parcialidade do texto de Manoel Bomfim em desejar reelaborar a História do Brasil e, principalmente, em se atrever a “[...] refutar teorias cientificamente provadas como as dos venerandos pensadores Gustav Le Bon e Gobineau”.

De pensador “marginal” a “fundamental” sobre a questão da identidade do nacional no Brasil, Manoel Bomfim e seu legado à teoria social podem ser abreviados em um conjunto de questões que permearam e deram coerência a seu pensamento sobre o Brasil: a natureza classista, exploradora e antipopular do Estado republicano brasileiro; a negação do racismo científico e do arianismo dominantes no pensamento intelectual nacional, presentes no início do século XX; o parasitismo social como explicação para o fenômeno do atraso latino-americano; a educação pública, popular e massiva como redenção nacional para esse mesmo “mal de origem”; a adoção do antimilitarismo como postura política de defesa dos ideais libertários da República; a democracia, a liberdade e a cidadania como valores universais do homem; a busca pela identidade nacional; o nacionalismo radical como caminho para a organização do Estado; e a revolução nacional e popular indispensável para a mudança nas relações (desiguais) de classes (AGUIAR, 2000).

Contudo, suas ideias pouco tiveram eco em seu tempo. Poucos pensadores educacionais do início da República brasileira tentaram produzir um pensamento que rompesse com a visão racionalista vigente em busca de uma nova perspectiva social de análise crítica relativa à natureza do “atraso nacional”.

No entanto, a atualidade do contradiscurso de Manoel Bomfim faz-se presente nos dias atuais – após mais de um século de sua elaboração –, uma vez que a defesa da expansão da rede de ensino público de qualidade, do direito das pessoas à cidadania, da soberania nacional, da derrubada de preconceitos étnicos, enfim, a defesa de um ideário de luta por transformações sociais que coloquem o ser humano, o trabalho e a dignidade do cidadão como o centro da vida ainda é uma bandeira de luta que perpassa toda a sociedade brasileira em pleno século XXI.

## 1 REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. C. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ALVES FILHO, A. *Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia radical*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

- BOMFIM, M. *América Latina: males de origem*. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- BOMFIM, M. *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.
- BOMFIM, M. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- BOTELHO, A. Retrato de Manoel Bomfim, flagrante da história intelectual brasileira. *Trapézio*, Campinas, v. 2, p. 85-91, 2002.
- CANDIDO, A. Radicalismos. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 4-18, 1990.
- COSTA, J. C. C. O problema nacional, globalização e o pensamento social no Brasil: notas sobre as implicações do “nacional” em Manoel Bomfim. *Política & Trabalho*, João Pessoa, v. 22, p. 165-184, 2005.
- CRUZ, D. S. O projeto educacional de Manoel Bomfim. In: SCOCUGLIA, A. C.; PINHEIRO, A. C. F. (Org.). *Educação e História no Brasil contemporâneo*. João Pessoa: UFPB, 2003. p. 169-180.
- FÁVERO, M. L. A.; BRITTO, J. M. (Org.). *Dicionário de Educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- FERNANDES, F. *O negro no mundo do branco*. São Paulo: Difusão Europeia, 1972.
- GONTIJO, R. Manoel Bomfim, “pensador da História” na primeira república. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 45, n. 23, p. 129-154, 2003.
- MACHADO, C. J. S.; NUNES, M. L. S. Educação, identidade e formação da nacionalidade brasileira: a atualidade crítica de Manoel Bomfim. *Histeb*, Campinas, v. 28, p. 57-69, 2007.
- PRADO, M. E. A questão nacional, a identidade cultural e o passado colonial brasileiro. Manoel Bomfim e uma interpretação do significado das raízes ibéricas. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, Tel Aviv, v. 16, n. 2, p. 135-152, 2005.
- REIS, J. C. *As identidades do Brasil 2: De Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- ROMERO, S. *A América Latina: análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*. Porto: Chardron de Lello & Irmão, 1906.
- SKIDMORE, T. E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Aceito em março de 2016.  
Recebido em abril de 2016.